

EDITORIAL

Dando sequência ao germinal trabalho da editora Wanise Cabral Silva nos números anteriores, esta edição da Revista *Videre* traz algumas grandes mudanças, no sentido de concretização e aperfeiçoamento dos trabalhos anteriores. A primeira dessas mudanças se refere ao corpo editorial, que ganhou um novo editor e uma nova coeditora, assim como um editor associado para assuntos internacionais, além de novos membros e um novo secretário. Quanta gente nova! Outra grande mudança se refere à implementação do SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas, que busca informatizar e profissionalizar os trabalhos de centenas de revistas pelo país, inclusive a *Videre*. As linhas editoriais deste número, entretanto, continuam as mesmas dos números passados, insistindo na importância dos temas 1) Estado e espaços jurídicos (Constituição e processo) e 2) Cidadania, justiça e reconhecimento.

Mantendo a proposta anterior de publicar não apenas textos livremente submetidos, mas também textos de autores convidados, o convite de publicação deste número foi feito ao professor Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto), com o texto “O direito e o príncipezinho”, que trata da obra *O pequeno príncipe*, fazendo uma análise das relações entre Literatura e Direito através de uma leitura sobre o mito. Todavia, ainda no espírito das novidades, acrescentamos uma de natureza internacional: este número traz uma tradução de artigo estrangeiro, o que deverá ser repetido nos números futuros (vide subeditorial da própria tradução). Consiste na tradução inédita do texto “Rousseau on war and peace”, do professor Stanley Hoffmann (Harvard University), traduzido pelo professor Carlos Henrique Canesin (UFGD), constituindo-se em material de muita importância para o estudo das relações internacionais e do direito internacional.

Em sequência, o primeiro dos artigos livremente submetidos que compõem a revista é o artigo do professor Cláudio Reis (UNIR), intitulado “Apontamentos sobre a relação entre a antropologia e o direito”, que versa sobre as liminaridades entre essas duas áreas do conhecimento. O texto é seguido pelo artigo do professor André Luiz Faisting (UFGD), “Entre o global e o local: Breve reflexão sobre os desafios da educação em e para os direitos humanos”, que faz uma reflexão sobre os avanços e obstáculos para uma educação ‘em’ e ‘para’ os direitos humanos. A substituição processual nas ações coletivas é tratada no artigo do professor Hermes Zaneti Junior (UFES), intitulado “A legitimação conglobante nas ações

coletivas: A substituição processual decorrente do ordenamento jurídico”. Já em “A desjudicialização do direito de família e o acesso á justiça: Um olhar sobre as práticas sociais”, o professor Helder Baruffi (UFGD) e a advogada Débora dos Santos Silva tratam da lei 11.441, de 4 de janeiro de 2007, e seus reflexos após três anos de vigência.

No artigo “Da mulher honesta à lei com nome de mulher: O lugar do feminismo na legislação penal brasileira”, a professora Marília Montenegro Pessoa de Mello (UNICAP) trata da lei Maria da Penha, apontando que ela apresenta grandes méritos no que diz respeito às medidas de prevenção e de proteção da mulher, mas contém grandes falhas no campo penal. A doutoranda da Universidad de León (España) Virginia de Carvalho Leal trata do sistema da responsabilidade ambiental em “El daño ambiental y los problemas de determinación de causalidad y carga de La prueba em El régimen jurídico tradicional de reparación em España”. E, por fim, no campo dos artigos, o procurador da Fazenda Nacional Ramon Lisboa faz uma análise do fluxo de dados para constituição dos créditos de FGTS, traçando o papel institucional da PGFN enquanto agente competente para inscrição e cobrança dos créditos, e da Caixa Econômica Federal, na qualidade de delegatária dos atos de cobrança, no trabalho “Recuperação dos créditos FGTS: Convênio entre Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Caixa Econômica Federal”. Finalmente, como resenha, tem-se analisada a obra *Nem com Marx, nem contra Marx* de Norberto Bobbio, pelo professor Rafael Salatini (UFGD).

Bom, mudanças foram necessárias, mas o mesmo ideal de nos mantermos como uma revista democrática, voltada para os temas atuais, em defesa da fundamentação, implementação e aperfeiçoamento da dignidade humana, nas suas mais diversas e dignificantes concepções, sem dogmatismos, baseado no espírito da crítica intelectual livre, permanece. Aos leitores já cativados e aos novos leitores, uma boa leitura!

Rafael Salatini – Editor

Verônica M.B. Guimarães – Coeditora